



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 13 • 14 a 20/05/2006 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análises

17/05/2006 - A Bolívia e o contexto regionalp.01

A nacionalização do gás boliviano, no começo de maio de 2006, traz à tona uma série de outros fatos que demonstram que o Presidente Evo Morales pode estar promovendo uma reformulação da política externa regional da Bolívia.

18/05/2006 - Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileirap.04

Diante da nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia, apresentam-se as motivações do governo de Evo Morales para a adoção de tal política; as possíveis perdas e ganhos de ambos os países na negociação; a possibilidade de barganha do governo brasileiro; assim como as possíveis conseqüências para este da adoção de uma postura conciliatória.

Resenhas

17/05/2006 - Relação entre União Européia e América Latina encontra-se fragilizadap.10

Na Cúpula de Viena, realizada no dia 12 de maio de 2006, os principais acordos firmados foram entre União Européia e países da América Central. As relações com a Comunidade Andina se encontram abaladas com a retirada da Venezuela do grupo, demonstrando a frágil situação na qual se encontra a América Latina como um todo.

17/05/2006 - O conflito em Darfur e as novas implicações políticas.....p.12

A crise humanitária na região de Darfur, Sudão, perpetua-se apesar de esforços internacionais. Desde 2003, a região está sob ataques de facções rebeldes e milícias e as tentativas de negociações entre esses grupos e o governo sudanês não têm sido capazes de conter a violência. Um novo acordo de paz, assinado no dia 05 de maio de 2006, pretende pôr fim ao conflito, mas a resistência de alguns grupos rebeldes à assinatura pode comprometer os objetivos buscados.

10/05/2006 - Governo francês reconsidera as leis trabalhistasp.17

Após intensos protestos que se seguiram à aprovação de lei trabalhista que facilitaria a demissão de empregados com menos de 26 anos, o governo francês reverteu sua decisão. O revés de Villepin somado a algumas acusações de improbidade, fez com que uma moção de desconfiança fosse votada pelo parlamento.

A Bolívia e o contexto regional

Análise
Integração Regional / Segurança

Igor Andrade Vidal Barbosa
17 de maio de 2006

A nacionalização do gás boliviano, no começo de maio de 2006, traz à tona uma série de outros fatos que demonstram que o Presidente Evo Morales pode estar promovendo uma reformulação da política externa regional da Bolívia.

Como já apresentado pelo Conjuntura Internacional [ver [Bolívia: Centralidade e Geopolítica na América do Sul](#)], a Bolívia tem, tradicionalmente, "... procurado estar em contato com seus vizinhos, numa perspectiva multilateral, tentando evitar rivalidades e buscando promover uma harmonização das diferenças e interesses". Porém, as recentes atitudes do Presidente Evo Morales indicam que a política externa regional do país mais pobre da América do Sul pode estar tomando novos rumos.

Em primeiro lugar, o plano de nacionalização do gás boliviano coloca La Paz em atrito direto com o Brasil e gera uma série de tensões na América do Sul. De acordo com várias fontes, Morales, ao assumir seu mandato, afirmou que a nacionalização dos recursos naturais da Bolívia, defendida durante a campanha presidencial ocorrida em 2005, não resultaria na expropriação de propriedades estrangeiras e tampouco na expulsão das firmas estrangeiras. O fato de que o presidente boliviano não tenha cumprido com suas palavras já tende a gerar insegurança em seus vizinhos em relação a futuras negociações – especialmente para o Brasil, maior parceiro econômico e maior investidor estrangeiro na Bolívia. No entanto, o aspecto que provoca maior mal-estar para a relação La Paz-Brasília é o modo como a

nacionalização ocorreu. O governo boliviano adotou uma postura pouco diplomática ao utilizar seu Exército, antes de qualquer negociação, para tomar as instalações da Petrobras. Adicionalmente, ainda que o Brasil tenha agido de forma conciliadora – fraca, muitos disseram –, a declaração feita por Morales no dia 11 de maio de 2006 na 4ª Cúpula União Européia-América Latina- Caribe, de que a atuação da Petrobras na Bolívia era ilegal e que, portanto, nenhuma indenização seria paga, demonstra, novamente, o caráter contencioso das ações bolivianas [ver [Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira](#) e [Relação entre União Européia e Comunidade Andina encontra-se fragilizada](#)].

No Peru, o Presidente Alejandro Toledo disse estar preocupado com o ressurgimento do populismo na América Latina, afirmando que "... as nacionalizações afugentam os capitais" e declarou, em recado ao Presidente venezuelano Hugo Chávez, que ele não permitirá que as "receitas gordas advindas do petróleo pressionem a vontade política de uma nação". Alan Garcia, candidato mais cotado para assumir a presidência no Peru¹, afirma,

¹ O jornal peruano La Republica afirma que Alan Garcia se coloca à frente do outro candidato à presidência, Ollanta Humala, exatamente pelo fato de que a população, e em especial os

em tom semelhante, que “Chávez está buscando dominar o Peru assim como fez com a Bolívia”.

Na Argentina, o início das negociações com o governo boliviano acerca do estabelecimento de um patamar mais alto para o preço do gás boliviano importado para a Argentina gerou apreensões no Brasil e no Chile. De acordo com o jornal chileno *La Nación*, o governo brasileiro estaria descontente com o rápido início das negociações entre Buenos Aires e La Paz porque este fato diminui a pressão para que a Bolívia negocie em conjunto melhores termos com os Estados afetados, direta e indiretamente, pela nacionalização.

No Chile, por outro lado, a preocupação resulta de declarações feitas por autoridades argentinas de que o custo advindo do aumento do preço do gás importado pela Argentina será repassado para o Chile, país este que importa gás da Argentina.

Em segundo lugar, a Bolívia se tornou, no dia 29 de abril de 2006, o terceiro membro da *Alternativa Bolivariana para la América* (ALBA). Este grupo, composto inicialmente por Venezuela e Cuba, coloca-se como contraponto à atuação estadunidense na América do Sul e visa aprofundar os laços econômicos, sociais e políticos entre os Estados membros. A entrada da Bolívia garantiria a este Estado o envio de médicos e professores cubanos, de gasolina venezuelana e de mais de 130 milhões de dólares destinados a projetos sociais. Além disso, Havana e Caracas se comprometeram a comprar toda a produção boliviana de soja.

A adesão da Bolívia à ALBA parece estabelecer novos rumos para a política externa deste Estado. Seguindo uma orientação estatista e anti-estadunidense, Morales se distancia de, principalmente, Estados como Argentina, Brasil e

empresários peruanos, temerem que Humala se alie a Chávez e Morales caso vença as eleições.

Colômbia – que não se recusam a negociar com os Estados Unidos (EUA) – e dificulta ainda mais a implementação da Área de Livre Comércio das Américas e das várias propostas de integração energética da América do Sul.

Em terceiro lugar e fortemente associado ao segundo ponto colocado, está a declaração de que a Bolívia está considerando se retirar da Comunidade Andina, uma organização de integração econômica, social e cultural da qual fazem parte Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – a Venezuela se retirou da Comunidade no início de 2006. Esta atitude por parte de Hugo Chávez decorre das críticas feitas à Colômbia e ao Peru por estes estarem assinando acordos bilaterais de livre-comércio com os EUA. De acordo com Chávez, a Comunidade Andina não precisa continuar existindo se estes acordos com os EUA forem ratificados. Morales, grande aliado do presidente venezuelano, posiciona-se da mesma maneira.

A possibilidade de que a Bolívia saia da Comunidade Andina reforça a hipótese de que a política externa regional boliviana se desenvolva no sentido de garantir fortes alianças com a Venezuela e com Cuba e fracas alianças com outros países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai.

Em quarto lugar, a possibilidade de expansão do plantio da coca na Bolívia – opção já citada várias vezes por Morales – poderá influenciar a política externa regional boliviana na medida em que fortalecerá ainda mais o antagonismo com relação aos EUA. Este financia programas de redução das plantações de coca na Bolívia e no Peru e condiciona a ajuda financeira a estes países a tal redução.²

² De acordo com o site do Departamento de Estado dos Estados Unidos, mais de 150 milhões de dólares por ano são investidos nos programas de redução das plantações de coca no Peru e mais de 55 milhões de dólares são investidos em outros programas em tal país. Os dados

Desse modo, este quarto ponto viria a reforçar os dois pontos colocados anteriormente.

Em conclusão, existem fortes indicadores que apontam para uma reformulação da política externa boliviana na América Latina sob a presidência de Evo Morales. Esta política, pelo que os últimos acontecimentos indicam, poderá ter, principalmente, um forte caráter estatista, anti-estadunidense e de apoio à ALBA.

Referência

Sites:

BBC NEWS UK

<http://news.bbc.co.uk/>

Comunidad Andina

<http://www.comunidadandina.org/>

CNN. Com International

<http://edition.cnn.com/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos

<http://www.state.gov/>

Diário La Republica

<http://www.larepublica.com.pe/>

Economist.com - World

<http://www.economist.com/world/>

El Comercio

<http://www.elcomercioperu.com.pe/Online/>

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk/>

La Nación

<http://www.lanacion.cl/>

Ministérios de Relaciones Exteriores y Culto de Bolivia

<http://www.rree.gov.bo/>

Portal ALBA

<http://www.alternativabolivariana.org>

Portal del Gobierno de Bolivia

<http://www.bolivia.gov.bo/>

Ver também:

15/04/2005 - [Bolívia revisa sua lei para exportação de hidrocarbonetos](#)

16/02/2006 - [Bolívia: Centralidade e Geopolítica na América do Sul](#)

relativos à Bolívia não estão disponíveis.

Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira

Análise
Integração Regional / Economia e Comércio / Desenvolvimento

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
18 de maio de 2006

Diante da nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia, apresentam-se as motivações do governo de Evo Morales para a adoção de tal política; as possíveis perdas e ganhos de ambos os países na negociação; a possibilidade de barganha do governo brasileiro; assim como as possíveis conseqüências para este da adoção de uma postura conciliatória.

Posteriormente à reunião de Puerto Iguazu, realizada em 04 de maio de 2006, [ver: [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo da Bolívia](#)], representantes dos governos do Brasil e da Bolívia se reuniram em La Paz, no dia 10 de maio, a fim de discutir, dentre outras questões, pontos referentes à nacionalização das refinarias pertencentes à Petrobras e ao preço do gás comercializado para o Brasil.

Tal reunião, que contou com a participação do Ministro brasileiro de Minas e Energia, Silas Rondeau, do Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, do Ministro boliviano dos Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, e do Presidente da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia* (YPFB), Jorge Alvarado, não produziu os resultados esperados no que se refere às questões previamente citadas.

Na ocasião, os representantes brasileiros reiteraram o respeito à decisão boliviana de nacionalização dos hidrocarbonetos, assim como aceitaram revisar os acordos de compra e venda do gás natural. Ficou ainda acordado entre os dois países a criação de uma comissão para a determinação das condições das

atividades da Petrobras na Bolívia, para a discussão das bases dos novos contratos e para a avaliação de mecanismos de compensação à estatal brasileira.

Contudo, essa postura aparentemente conciliatória do governo boliviano deu lugar a acusações por parte do Presidente Evo Morales quanto às atividades da Petrobras na Bolívia, assim como a questionamentos quanto a participação da estatal brasileira na construção do gasoduto sul-americano¹.

Durante a IV Cúpula da União Européia, América Latina e Caribe, realizada de 11 a 13 de maio de 2006 em Viena, Morales declarou que as empresas que atuavam no setor petrolífero da Bolívia e que tiverem recuperado o capital investido por meio dos lucros de exploração e comercialização das reservas bolivianas não teriam direito a nenhuma indenização. Dentre essas empresas se encontraria a Petrobras. No que se refere

¹ O projeto do gasoduto pretende levar gás boliviano e venezuelano aos mercados argentino e brasileiro. Além da Petrobras, ele envolve as estatais Enarsa, da Argentina, Petróleos de Venezuela (PDVSA) e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). O projeto, orçado em cerca de US\$ 25 bilhões, teria 8 mil km de extensão.

especificamente à estatal brasileira, Morales declarou ainda que a empresa operava de maneira ilegal na Bolívia, agindo como contrabandista do gás boliviano.

Tal declaração foi recebida com indignação pela Petrobras. Em resposta a Morales, a direção da empresa brasileira afirmou que sua presença na Bolívia seria decorrente de acordos bilaterais firmados entre os governos dos dois países. "Esses acordos possibilitaram a construção do gasoduto Bolívia-Brasil², a assinatura do contrato do fornecimento de gás e a exploração de gás nas áreas de San Alberto e San Antonio, em parceria entre Petrobras e YPFB. Essa parceria teria sido desfeita em função da privatização da parcela da YPFB na sociedade. Como resultado dessas operações, a companhia compra gás boliviano desde 1999, gera empregos e paga impostos na Bolívia, sendo responsável por 25% da receita tributária daquele país."

Diante da reação brasileira, o chefe da Casa Civil da Bolívia, Juan Quintana, tentou amenizar as declarações do Presidente Evo Morales. Segundo ele, as acusações de Morales feitas no dia 11 de maio não mudariam o acordo firmado entre a Petrobras e o governo boliviano, feito no dia anterior. No entanto, ele ressaltou que de fato, as empresas transnacionais instaladas no país teriam assinado contratos ilegais, uma vez que os mesmos não foram aprovados pelo Parlamento do país, como manda a constituição boliviana. Agora caberia a investigação das atividades da Petrobrás na Bolívia.

Com relação à construção do gasoduto sul-americano, o governo boliviano criticou a participação da estatal brasileira afirmando que "a Bolívia não vai participar do gasoduto do sul se houver uma participação majoritária de capitais

transnacionais". Segundo o Ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia, Andres Soliz Rada, para que o gasoduto do sul funcione, seria preciso que fosse construído por empresas estatais, e nesse sentido, existiria um grave problema quanto a Petrobras, uma vez que o "governo boliviano não estaria disposto a investir em um projeto que fosse beneficiar empresas transnacionais sócias da Petrobras"³. Rada ainda acrescentou que "enquanto (a Petrobras) tiver como sócios majoritários as grandes transnacionais, o governo do presidente Evo Morales não vai participar do megaprojeto".

Diante da escalada da tensão diplomática entre os dois países, o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou estar estudando a possibilidade de retirar o embaixador brasileiro de La Paz, caso não seja possível o diálogo. Ele ainda rebateu as declarações do ministro boliviano afirmando que se a Petrobras não participar "simplesmente não haverá Gasoduto do Sul" uma vez que a construção "vai ter que dar uma volta tão grande que vai virar o Gasoduto do Oeste". Tal afirmação se dá em função de que como previsto no projeto, o gasoduto teria necessariamente que passar pelo território brasileiro.

Desde que começou o impasse entre os governos do Brasil e da Bolívia no que se refere à nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, essa foi a primeira vez em que o governo brasileiro respondeu mais energeticamente às declarações e acusações do governo de Morales, afirmando que a Petrobras poderá recorrer a justiça caso a empresa seja realmente prejudicada pelo decreto de 1º de maio.

Apesar de ter sido garantido o abastecimento do gás boliviano para o

² O trecho boliviano do gasoduto foi financiado e construído pela Petrobras.

³ O controle da Petrobras está nas mãos do governo brasileiro, que detém 55,7% das ações ordinárias da empresa (com direito a voto).

Brasil, questões relativas ao preço do produto ainda não foram solucionadas, devendo este ser estabelecido por meio de negociações bilaterais.

Contudo, o governo brasileiro afirmou que o Brasil pode deixar de importar o gás boliviano caso haja uma elevação excessiva no seu preço. De acordo com o Ministro Celso Amorim, se os aumentos forem excessivos, a compra do gás se inviabilizaria. Segundo ele, "o gás só existe no Brasil porque ele chega aqui a um preço competitivo em relação ao óleo combustível, em relação ao gás liquefeito e a outras fontes de energia."

Ao que tudo indica, a ação do governo de Evo Morales de nacionalizar suas reservas de hidrocarbonetos se dá em função de duas razões principais. Em primeiro lugar, Morales teria sido eleito em função de suas promessas de campanha de reverter políticas neoliberais mal implementadas. O momento em que ocorreu a nacionalização coincide com um período de queda da popularidade do presidente. Fato preocupante, principalmente tendo em vista as eleições da Assembleia Nacional, marcadas para 29 de junho deste ano, nas quais seu partido espera obter maioria.

Em segundo lugar, o decreto de nacionalização está relacionado com o alinhamento de Morales com o Presidente Venezuelano Hugo Chávez no projeto *Alternativa Bolivariana por las Américas* (ALBA).

Assim, se no curto prazo essa estratégia pode trazer ganhos para o governo de Evo Morales, na medida em que leva ao cumprimento de sua promessa de campanha e angaria simpatia da maioria da população, no longo prazo, tal estratégia deve se apresentar custosa, uma vez que possivelmente afetará os investimentos estrangeiros no país - principalmente no setor energético - e em função de que a economia boliviana é fortemente dependente da exportação de gás natural e tem como principais

compradores Brasil e Argentina.

Na relação entre Brasil e Bolívia, os ganhos que o governo boliviano poderia alcançar com a nacionalização dos hidrocarbonetos seriam somente de curto prazo. Apesar de o gás natural corresponder à somente 6% da matriz energética brasileira, sua importação é vital para suprir a demanda das regiões mais populosas e que concentram a maior parte das indústrias do país, no caso as regiões Sul e Sudeste. Isso levaria o governo Lula a aceitar, num primeiro momento, o aumento dos preços do gás, que não seria repassado para o consumidor, sendo subsidiados pela Petrobras.

Contudo, no longo prazo, o país poderia explorar suas próprias reservas e utilizar fontes alternativas de energia, de forma a suprir totalmente sua demanda interna.

A Petrobras inclusive já declarou possuir um plano de contingência caso ocorra a interrupção do fornecimento de gás por parte da Bolívia. Neste plano, esta prevista a redução do uso de gás pela própria Petrobras e sua substituição por óleo combustível e GLP (gás liquefeito de petróleo); a aceleração da produção nacional de gás natural; o uso mais intenso de biocombustíveis; e estudos para regaseificação do GNL (gás natural liquefeito).

Como o gás boliviano é importado principalmente para fins de abastecimento industrial, veicular e doméstico, o Brasil poderia, com relativa facilidade, substituí-lo. Tal substituição seria fruto tanto da importação de outro país quanto da utilização do óleo combustível, gás liquefeito e energia gerada pelas termoeletricas.

A ação do presidente Morales evidenciou o erro estratégico do governo brasileiro de concentrar suas importações em somente um país. Isso forçou o Brasil a reavaliar sua estratégia energética. O país importa cerca de 40% do seu consumo total de gás. Apesar de ter sua própria reserva de gás

natural, esta ainda não foi devidamente explorada. Além disso, o sistema de distribuição é deficiente.⁴

Somente nos últimos anos a Petrobras vem incrementando seus investimentos internamente, de forma a aumentar a produção doméstica. Existem estimativas de que o Brasil possua reservas suficientes para abastecer o país por 50 anos.

Nesse sentido, percebe-se que diante da controvérsia estabelecida pela nacionalização dos hidrocarbonetos, a Bolívia teria muito mais a perder que o Brasil. Isso porque, se o Brasil é relativamente dependente da importação do gás boliviano, a Bolívia é ainda mais dependente do Brasil.

Em primeiro lugar, o Brasil consome 60% da produção boliviana, sendo o único mercado potencialmente grande para o qual a Bolívia poderia vender no curto prazo. Ou seja, o Brasil é um consumidor sem substituto no continente.

Em segundo lugar, existe um problema quanto à distribuição da produção boliviana. Além de a Bolívia ser dependente do consumo brasileiro, ela é também dependente do Brasil em termos de transporte. Isso porque o gás boliviano é distribuído pelos gasodutos construídos no Brasil, chegando na Argentina via território brasileiro.

Em terceiro lugar, não existe possibilidade de estocagem do gás boliviano. Nesse sentido, caso a Bolívia perca seu principal comprador, o Brasil, ela terá como opções a queima da produção ou a não-comercialização do produto. Ambas opções não representam qualquer possibilidade de ganho para o governo da Bolívia.

Por fim, uma eventual interrupção do fornecimento do gás para o Brasil representaria um transtorno muito maior para os próprios bolivianos. Isso porque

as refinarias do país produzem derivados (gasolina, diesel, entre outros) a partir do condensado de petróleo que, por sua vez, é produzido associado ao gás natural. Se não houver mercado para o gás, a produção desde condensado, e conseqüentemente de seus derivados, ficaria comprometida.

Todo esse cenário evidencia o tamanho do poder de barganha de que o governo brasileiro dispunha, e que não foi devidamente utilizado. Durante todo o impasse, o governo brasileiro adotou uma postura conciliatória e até mesmo passiva, quando poderia ter sido mais firme e alcançado maiores ganhos nas negociações, tendo priorizado a integração e unidade regional sul-americana, em detrimento dos próprios interesses nacionais.

Ao invés de defender os interesses da Petrobras, por meio dos direitos contratuais da empresa, o presidente Lula declarou que a Bolívia estava agindo dentro dos seus direitos ao nacionalizar as reservas de gás.

Essa postura poderá implicar em conseqüências tanto internas quanto externas para o governo do Presidente Lula. Internamente, a estratégia negociadora brasileira, somada aos recentes escândalos de corrupção no governo, podem comprometer uma possível candidatura a reeleição do presidente, caso este opte, de fato, por se candidatar à reeleição.

Por outro lado, no plano externo, os rumos da negociação e a postura adotada pelo Brasil possivelmente levarão a um comprometimento da liderança regional brasileira, até mesmo porque o projeto brasileiro de uma América do Sul unida nunca esteve tão ameaçado. Além disso, diante do ocorrido, o Brasil claramente incorre em perda de reputação no plano internacional. Isto pôde ser percebido em ocasião da IV Cúpula da União Européia, América Latina e Caribe. Onde antes o Brasil dispunha de prestígio, desta vez o

⁴ O sistema de distribuição de gás no Brasil não abastece a região norte e nordeste do país.

país ficou refém de uma agenda imposta pela Bolívia, o país mais pobre da América do Sul.

A Atuação da Petrobrás na Bolívia

As atividades de exploração de recursos energéticos do Brasil na Bolívia tiveram seu marco inicial com a assinatura pelos governos de ambos os países da Carta de Intenções sobre a Integração Energética entre Bolívia e Brasil, em 1991.

No final da década de 1980, percebeu-se no Brasil a necessidade de importação de gás natural, tendo em vista que a produção nacional não era suficiente para atender a crescente demanda da sociedade.

Diante da necessidade de se aumentar a oferta energética, o governo brasileiro concluiu que suas necessidades futuras de energia exigiriam um aumento da participação do gás natural na matriz energética do país. Ficou decidido então que deveriam ser providos os recursos necessários de forma que fosse viabilizada, técnica e economicamente, a importação de gás natural da Bolívia para o atendimento dos mercados da região Sul e Sudeste do Brasil.

Nessa época a Argentina - até então principal importadora do gás boliviano - atingia a auto-suficiência em gás natural, e a Bolívia, dependente das exportações deste recurso, passou a ter o Brasil como seu principal mercado consumidor.

Assinada entre a Petrobras e a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), com a participação do Ministério de Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, a carta previa a compra e venda de gás natural boliviano para o Brasil. Apesar de as negociações terem se iniciado em 1991, o contrato de compra e venda só foi assinado em 1993. Seus termos finais, que estabeleciam o período de fornecimento de gás, assim como a quantidade diária a ser fornecida

foram acordados em 1996⁵. O gasoduto começou de fato a ser construído em 1997, gerando um investimento total no empreendimento da ordem de US\$ 2 bilhões.

Quando a Petrobras iniciou suas atividades de exploração de gás na Bolívia, não se sabia ao certo o tamanho das reservas do país. Ficou estabelecido que a empresa brasileira assumiria todo o prejuízo do projeto caso não fosse encontrado gás nos campos onde a YPFB concedeu direitos de exploração, no caso, em San Alberto e San Antonio. Por outro lado, se fosse descoberto o gás na região, as empresas seriam sócias e dividiriam igualmente os custos e lucros.

Em 1999, ficou confirmado que os campos de San Alberto e San Antonio possuíam quase 40% das reservas provadas da Bolívia, com 566 bilhões de metros cúbicos de um total estimado de 1,4 trilhão de metros cúbicos.

Diante da descoberta, fez-se necessária a elaboração de um plano de distribuição do gás natural. Nesse sentido ocorre a atuação da Petrobras na integração dos mercados de gás natural e energia do Cone Sul - através da construção dos principais gasodutos que ligam as redes de distribuição e consumo do sub-continente.

A empresa é responsável por 24% da arrecadação de impostos, 18% do PIB e 20% dos investimentos diretos na Bolívia, respondendo não só pelas atividades de San Alberto e San Antonio, mas também pelas operações das maiores refinarias bolivianas através da sua controlada no país Petrobras Bolivia Refinación S.A., o que caracteriza a importância da empresa para a economia da Bolívia.

⁵ O contrato previa o fornecimento de gás por 20 anos, em um volume máximo de 30 milhões de metros cúbicos por dia. O gasoduto teria 3.150 km de extensão, sendo 557 km do lado boliviano e 2.593 km do lado brasileiro.

Referência

Passos, Maria de Fátima. **Gasoduto Brasil-Bolívia**. In. Economia&Energia. Ano 2, n.10, Setembro/Outubro,1998, Brasília.

Sites:

Centro de Tecnologia do Gás (CTGAS) -

<http://www.ctgas.com.br/>

Financial Times -

<http://news.ft.com/>

Folha Online -

<http://www.folha.com.br/>

Ministério Boliviano de Hidrocarbonetos -

<http://www.hidrocarburos.gov.bo/>

Observatório Político Sul-Americano (OPSA) -

<http://observatorio.iuperj.br/index.htm>

Petrobras -

<http://www.petrobras.com.br/>

Reuters -

<http://www.reuters.com/>

Stratfor -

<http://www.stratfor.com/>

The Economist -

<http://www.economist.com/>

Ver também:

17/05/2006 - [Panorama econômico da Bolívia](#)

17/05/2006 - [A Bolívia e o contexto regional](#)

10/05/2006 - [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)

16/02/2006 - [Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul](#)

17/11/2005 - [Eleições gerais na Bolívia são adiadas](#)

08/07/2005 - [Instabilidade Política na Bolívia](#)

15/04/2005 - [Bolívia revisa sua lei para exportação de hidrocarbonetos](#)

Relação entre União Européia e América Latina encontra-se fragilizada

Resenha
Integração Regional

Júlia Drumond Caiado
17 de maio de 2006

Na Cúpula de Viena, realizada no dia 12 de maio de 2006, os principais acordos firmados foram entre União Européia e países da América Central. As relações com a Comunidade Andina se encontram abaladas com a retirada da Venezuela do grupo, demonstrando a frágil situação na qual se encontra a América Latina como um todo.

No dia 12 de maio de 2006, realizou-se em Viena a IV Cúpula União Européia – América Latina e Caribe. Tal encontro reuniu Chefes de Estado de 60 países, e teve como tema central o reforço da associação estratégica bi-regional, assim como a tentativa de se progredir no que havia sido alcançado na última reunião, ocorrida em Guadalajara, no México, em 2004. A Cúpula de Viena, como ficou conhecido o encontro, apresentou alguns avanços nas relações entre determinados países. No entanto, serviu também para demonstrar que a situação entre União Européia (EU) e Comunidade Andina (CAN) encontra-se abalada.

A União Européia constitui um importante parceiro econômico e político dos países da América Latina, apresentando-se como líder em assistência ao desenvolvimento e investimentos estrangeiros na região. A relação entre o bloco europeu e os países sul-americanos e caribenhos tem se desenvolvido em nível bi-regional. Diálogos específicos entre UE e sub-regiões do continente americano tem se apresentado como importante componente para o aprimoramento da integração regional. As sub-regiões com as quais a UE tem

mantido diálogos relevantes são: Comunidade Andina, Cariforum¹, Mercosul e países da América Central.

Durante a Cúpula de Viena, somente um dos objetivos buscados pelos chefes de Estados desde a reunião de Guadalajara foi alcançado. O único ponto no qual se conseguiu chegar a um consenso foi com relação à abertura de negociações para acordo de associação e livre comércio entre UE e América Central. Segundo o Presidente rotativo da União Européia, o chanceler austríaco Wolfgang Schüssel, a América Central tem se tornado “um excelente exemplo de cooperação regional” nesses momentos de dúvidas e desavenças em outras áreas do continente. Em tal discurso, o presidente Schüssel se refere especificamente ao atual contexto no qual se encontra as relações internas da Comunidade Andina.

A Comunidade Andina é uma organização de integração regional, criada em maio de 1969, com o Acordo de Cartagena. Os países membros eram nesse momento Venezuela, Chile, Colômbia,

¹ CARIFORUM é uma organização regional do Caribe que engloba todos os membros do CARICOM (menos Montserrat), mais Haiti e República Dominicana.

Equador, Peru e Bolívia. No entanto, em abril deste ano, a Secretaria Geral da Comunidade Andina recebeu um comunicado do Chanceler da Venezuela declarando formalmente a retirada desse país da Comunidade Andina das Nações. Segundo o Presidente Hugo Chávez, a CAN só tem servido para favorecer os interesses das elites e das multinacionais, restando à Venezuela apostar nas relações com o Mercosul.

O fato de a Venezuela ter abandonado a Comunidade Andina, e ainda haver uma expectativa de que a Bolívia possa vir a fazer o mesmo, levou os líderes da União Européia a repensarem o processo de negociação de um acordo de associação, que inclui diálogo político, programas de cooperação e acordos comerciais entre os blocos. Com a saída de Chávez, a União Européia só se compromete a iniciar um processo que leve à negociação em um longo prazo, diferente do que esperava Colômbia, Peru e Equador, que queriam iniciar as negociações o mais rápido possível.

Diante desse contexto, pode-se perceber que o fato do presidente venezuelano ter se retirado da CAN, com a justificativa de que prefere apostar em uma organização que promova a integração regional, só contribuiu para diminuir as chances para que essa possível integração aconteça. Sua retirada da CAN desestabilizou as relações da União Européia com a Comunidade Andina, impedindo que investimentos, que favoreceriam o processo de integração nessa área, fossem feitos na região. A saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações, somada à nacionalização do gás por Morales, e à crise entre Uruguai e Argentina no Mercosul acaba por expor as divisões da América Latina e impedir que a região se coloque aos europeus como um bloco unido e comprometido com os possíveis acordos a serem firmados.

Referência

Sites:

Comunidade Andina

<http://www.comunidadandina.org/>

Cúpula de Viena

<http://www.eu2006.at/en/>

União Européia

<http://europa.eu.int/>

Agência Latino-americana de Informação e Análise

<http://www.alia2.net/>

O conflito em Darfur e as novas implicações políticas

Resenha
Segurança / Economia e Comércio

Wesley Robert Pereira e Rafaella Arruda Melo Pereira
17 de maio de 2006

A crise humanitária na região de Darfur, Sudão, perpetua-se apesar de esforços internacionais. Desde 2003, a região está sob ataques de facções rebeldes e milícias e as tentativas de negociações entre esses grupos e o governo sudanês não têm sido capazes de conter a violência. Um novo acordo de paz, assinado no dia 05 de maio de 2006, pretende pôr fim ao conflito, mas a resistência de alguns grupos rebeldes à assinatura pode comprometer os objetivos buscados.

O Sudão ingressa no século XXI diante de duas dificuldades políticas: consolidar o processo de paz acordado entre as regiões norte e sul do país em 2002, assinado pelo governo sudanês e o Movimento/Exército de Libertação do Sudão (SLM/A, sigla em inglês), e a tentativa de resolução da crise humanitária em Darfur, essa iniciando-se no começo de 2003. A primeira questão refere-se à segunda guerra civil sudanesa, iniciada em 1983, e às tensões no que concerne à integração nacional e ao desenvolvimento econômico das regiões norte e sul do país. Porém, apenas a segunda questão referente ao país africano despertou a atenção do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ambas as questões (guerra civil e crise humanitária) estão relacionadas, especialmente, ao acesso desigual e ao controle dos recursos do país. Tais recursos são a terra, explorada por empresas multinacionais no campo da agricultura; petróleo concentrado na região sul e extraído para o norte através de um oleoduto; e, sobretudo, a água,

recurso escasso num país que possui mais da metade de seu território desertificado e que conta, basicamente, com os recursos hídricos do Nilo [ver: [Darfur e o Conflito no Sudão](#) e [Sudão chama a atenção do sistema ONU](#)].

Histórico da Crise em Darfur

Em fevereiro de 2003, dois grupos armados (facções rebeldes) de Darfur, região árida localizada a oeste do país africano, atacaram instituições do governo a fim de pressionarem por melhores condições de vida para a região. Esses grupos reivindicavam proteção do governo sudanês para as vilas da região, freqüentemente atacadas por nômades, e protestavam também contra a marginalização e subdesenvolvimento de Darfur.

Contudo, apesar dos protestos dos grupos SLM/A e Movimento de Equidade e Justiça (JEM, sigla em inglês), o governo do Sudão optou por revidar as ações rebeldes com o uso da força, atuando junto às milícias pró-governamentais conhecidas como *janjaweed* (originadas das tribos árabes).



Em abril de 2004, o SLM/A e o JEM assinaram um acordo de cessar-fogo com o governo. Mas a violência por parte de ambos continuou a persistir. O número de mortos chega a dezenas de milhares e o de refugiados é aproximadamente de dois milhões, segundo dados da CIA.

O Chade, país mais afetado por esse conflito, recebeu em torno de 600 mil refugiados do Sudão. Além disso, grupos rebeldes chadianos têm na região de Darfur, sobretudo o do Oeste¹, um solo fértil para preparar ataques ao seu país, segundo o *Relatório do International Crisis Group*. Isso porque o governo chadiano não pode controlar as atividades de seus grupos armados na região de Darfur, o que contribui para o aumento da violência na fronteira com seu país.

Os abusos contra os direitos humanos tornaram-se recorrentes e as condições de vida cada vez piores. As vilas de Darfur passaram a ser bombardeadas indiscriminadamente por parte do governo e das milícias em busca dos grupos rebeldes, além de serem saqueadas, queimadas e terem suas plantações destruídas.

Ainda em 2004, o CS da ONU elaborou três resoluções para o caso referente à crise no Darfur. As resoluções de números 1556, 1564 e 1574 constituíam-se, essencialmente, no desarmamento, julgamento e punição dos integrantes das *janjaweed*, no envio de monitores da União Africana (UA) à região e no posterior aumento do número de seus efetivos. De 390 monitores, a resolução 1574 elevou os efetivos da UA para 3.320, incluindo soldados.

A missão da UA para Darfur ficou conhecida como Missão da União Africana no Sudão (AMIS, sigla em inglês), e hoje já conta com 7.000 efetivos

militares. A AMIS, estabelecida no Sudão em 2004, representa a primeira missão de paz de importância da UA². Em seu mandato original, a AMIS tinha como função proteger os monitores da UA que controlavam as violações do acordo humanitário de cessar-fogo, mas a prorrogação de seu mandato, atualmente prevista até 30 de setembro de 2006, permitiu que a AMIS protegesse os civis do país que se encontravam sob ameaça iminente dos ataques dos rebeldes e das milícias *janjaweed*.

As negociações do governo do Sudão com o SLM/A e o JEM, envolvendo também as milícias, resultaram, em novembro de 2004, em um protocolo adicional. Esse se referia a aspectos humanitários e de segurança relacionados ao conflito no Darfur. Porém, como ocorreu com os acordos assinados anteriormente, esse também não foi concretizado.

Em março de 2005, o CS elaborou outras três resoluções. A primeira, de número 1590, requereu um aumento no número de monitores internacionais para a observação das irregularidades referentes aos direitos humanos em Darfur. Ela também estabeleceu a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS, sigla em inglês) contando com 10.000 militares e 715 funcionários responsáveis por manter a ordem no país.

A segunda resolução de número 1591, criou os Painéis de *Experts*. Esses trabalhariam, juntamente com a UNMIS, em coordenação com as operações da AMIS (baseada em Addis Ababa, Etiópia) e fariam visitas regulares a El-Fasher, uma das muitas cidades de Darfur que sofreram ataques, e a outras localidades sudanesas. O prazo desses painéis foi prorrogado duas vezes: pela resolução 1651 (2005), e pela resolução 1665, de 29 de março de 2006. A data limite para esses

¹ A crise no Darfur abrange três regiões: Darfur do Sul, Darfur do Oeste e Darfur do Norte. Essa área compreende 3 dos 26 Estados administrativos do Sudão.

² Os países membros da AMIS que têm efetivo militar no Sudão são: Nigéria, Ruanda, Gâmbia, Senegal, África do Sul e Quênia. Outros 25 países contribuem com observadores militares.

painéis e para a UNMIS esta estabelecida para 29 de setembro de 2006.

A resolução 1591 também criticou o governo do Sudão e os grupos armados de Darfur por não cumprirem o que estava estipulado nas resoluções anteriores, pelas violações ao acordo de cessar-fogo e pelos abusos aos direitos humanos.

Adicionalmente, a resolução 1591 demandou o fim dos ataques aéreos do governo sudanês a Darfur e a conclusão das conversações sobre a crise na região. Com essa resolução, o CS da ONU apoiou e solicitou às partes do processo de negociação a alcançarem progressos nas conversações de paz, essas ocorrendo em Abuja, capital da Nigéria (*Abuja Talks*).

Por fim, a última resolução do mês de março de 2005, a de número 1593, fazia referência à situação em Darfur como um caso a ser julgado pelo *International Criminal Court* (ICC, sigla em inglês). Essa resolução também solicitou a cooperação do governo do Sudão, das milícias e dos grupos armados com o ICC.

Já em março de 2006, a UA aceitou substituir a missão da AMIS pela força da ONU quando do fim de seu mandato em setembro de 2006. O CS já havia concordado com a transferência de forças em fevereiro desse mesmo ano. O governo sudanês, contudo, se opôs de forma categórica à mudança, alegando que as tropas das Nações Unidas só serão aceitas de forma definitiva no país caso se concretize um acordo de paz para a região de Darfur.

O acordo de 2006

No dia 05 de maio de 2006, na cidade de Abuja, Nigéria, o governo sudanês e o principal grupo rebelde de Darfur, a facção da SLM/A liderada por Minni Minnawi, assinaram um acordo de paz que pretende dar uma solução definitiva ao conflito que dura três anos e que já resultou em mais de 200 mil mortos e 2,4 milhões de refugiados. O processo de paz

e a assinatura do acordo têm sido apoiados pelos Estados Unidos da América (EUA), União Européia (UE), Liga Árabe e UA.

O acordo de paz assinado na Nigéria consiste em diversos pontos, dentre eles: arranjos de segurança, divisão de poder político e compartilhamento de riquezas e recursos do país.

Segundo os arranjos de segurança, o acordo garante, dentre outros, o desarmamento completo e a desmobilização das milícias *janjaweed* até meados de outubro de 2006; restrições à mobilização e a redução do número de militantes da Forças de Defesa Popular do país; a integração de 4.000 combatentes rebeldes às Forças Armadas do Sudão, e a punição por parte do governo às violações do acordo de cessar-fogo realizadas por quaisquer grupos da região de Darfur.

O acordo garante também que os habitantes de Darfur possam escolher seus próprios líderes, bem como decidir o status de sua região em um processo democrático; a realização de um referendo popular em 2010 que decidirá quanto ao estabelecimento de Darfur como uma região autônoma com um governo próprio; e a ocupação, por parte dos movimentos rebeldes, do quarto posto político mais alto da unidade nacional governamental do Sudão, de posições privilegiadas nos Ministérios do Estado, de 12 assentos na Assembléia Nacional, 21 no Legislativo de Darfur e outros. As eleições governamentais deverão ocorrer até julho de 2009 em acordo com a Constituição Nacional Interina.

Por fim, no que diz respeito às questões de riquezas e recursos, o acordo garante a criação de um Fundo para a Reconstrução e Desenvolvimento de Darfur; uma Missão de Avaliação Conjunta para determinar as necessidades específicas da região para a reconstrução e desenvolvimento; o comprometimento internacional na realização de conferências que garantam fundos

adicionais para Darfur; o estabelecimento de uma comissão que trabalhe em conjunto com a ONU para o auxílio aos refugiados e repatriação dos mesmos, além da garantia de que o governo sudanês proverá compensações financeiras às vítimas do conflito.

Apesar das tentativas quanto à concretização do acordo de paz, a rejeição por parte de dois grupos rebeldes à assinatura do acordo pode comprometer o alcance dos objetivos. O JEM, e a facção do SLM/A liderada por Abdel Wahed Mohammed al-Nur, rejeitaram o acordo por alegar que o mesmo não responde às aspirações dos habitantes de Darfur.

Apesar desses grupos representarem força militante menor que a facção liderada por Minnawi³, vários protestos têm ocorrido na região desde a assinatura do acordo, inclusive com a ameaça de assassinato do líder rebelde rival. A UA, juntamente com demais representantes estrangeiros, buscam agora pressionar os rebeldes pela aceitação do tratado de paz, admitindo recorrerem a sanções internacionais elaboradas pelo CS caso os mesmos não apoiem o acordo.

O governo do Sudão declarou que com a assinatura do novo acordo de paz não existem mais objeções ao estabelecimento das forças da ONU no país, em substituição à missão da UA. Kofi Annan, Secretário Geral da ONU, garante a substituição das forças, mas alega que, até a sua concretização, as nações desenvolvidas deverão prover ajuda financeira imediata a AMIS.

Jan Egeland, oficial humanitário superior da ONU, prevê uma catástrofe no país caso o acordo de paz não seja implementado. Segundo ele, a não implementação poderá gerar uma espiral

de violência que, levando à perda do controle por parte das autoridades, atingirá a iminência do conflito.

Referência

Crisis Group International: **To Save Darfur**. African Report, 17 de março de 2006.

United Nations - Security Council. **Report of the Secretary-General on the Sudan**. S/2005/579. 12 de setembro de 2005.

United Nations - Security Council. **Resolution 1665 (2006)**. S/RES/1665(2006). 29 de março de 2006.

Sites:

Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org>

Departamento de Estado dos EUA

<http://www.state.gov>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

Organização das Nações Unidas

<http://www.un.com>

Refugees International

<http://www.refugeesinternational.org>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

The World Factbook (CIA)

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

³ Nur é membro da tribo Fur, a maior da região de Darfur, mas possui menor número de combatentes. Já Minnawi é membro da Saghawa, grupo étnico menor que, porém, representa 80% dos rebeldes armados de Darfur.

Ver também:

25/11/2004 - [Desenvolvimento e Conflito](#)

20/09/2004 - [Sudão chama a atenção do sistema ONU](#)

15/07/2004 - [Darfur e o conflito no Sudão](#)

20/09/2005 - [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

Governo francês reconsidera as leis trabalhistas

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Tiago Cerqueira Lazier
18 de maio de 2006

Após intensos protestos que se seguiram à aprovação de lei trabalhista que facilitaria a demissão de empregados com menos de 26 anos, o governo francês reverteu sua decisão. O revés de Villepin somado a algumas acusações de improbidade, fez com que uma moção de desconfiança fosse votada pelo parlamento.

Em meados de março de 2006, o Primeiro-ministro francês Dominique Villepin, apressou a aprovação sem discussão no parlamento de uma nova legislação trabalhista, denominada Contrato do Primeiro Emprego (CPE). Este permitiria a pequenas empresas demitir sem justificativas empregados com menos de 26 anos, cujo período de contrato fosse inferior a dois anos. [ver: [Nova lei trabalhista gera ondas de protestos na França](#)]

O objetivo da medida era incentivar a contratação de jovens, facilitando a demissão, e assim reduzir o alto grau de desemprego que passa dos 20% nessa faixa etária. Bem como aumentar a competitividade da França perante a economia global, ao reduzir os custos com vínculos empregatícios. No entanto, os estudantes, com apoio dos sindicatos, se opuseram firmemente a esta medida, vista como discriminatória e ameaçadora das proteções sociais no emprego.

Durante o mês de março observou-se de uma diversidade de protestos liderados pelos estudantes, que culminou, conforme se havia prometido, com uma greve geral no dia 28 do mesmo mês, no qual quase 3

milhões de pessoas marcharam pelas ruas da França. Somente em Paris, mais de 700 mil pessoas se reuniram em volta da *Place de la République*.

Pontos turísticos – como a torre Eiffel –, metros, ônibus, sistema aéreo, jornais, estações de rádio foram todas afetadas pelo protesto. Muitas escolas, bancos, agências de correios e governamentais, não abriram ou tiveram um atendimento limitado. A indústria de turismo se vê ameaçada, após assistir no período de poucos meses, duas ondas de protestos. [ver: [Protestos em Paris](#)]

O que havia se iniciado como uma manifestação pacífica com música no período da tarde, tornou-se violenta, na medida em que as conglomerações iam aumentando. Lojas e carros sofreram vandalismos no fim do protesto. Os policiais, que foram atingidos com garrafas jogadas pelos manifestantes, reagiram com gás lacrimogêneo e canhões de água. Gangues de áreas suburbanas aproveitaram a oportunidade para roubar celulares.

Em vista dos protestos, o Presidente francês Jacques Chirac buscou alcançar um meio termo entre aqueles que demandavam a extinção da lei e seu



primeiro-ministro que continuava a defendê-la. Propôs que a demissão teria que ser justificada e apenas seria permitida para jovens com menos de um ano como contratado, defendendo que, de fato, a flexibilização do trabalho ajudaria a combater o desemprego.

No dia 30 de março, a Corte Constitucional Francesa que, havia sido acionada pelo Partido Socialista acusando a nova legislação trabalhista de discriminação etária, afirmou que ao contrário, a nova lei favorecia os jovens. Assim, Chirac assinou a lei no dia 02 de março, mas pediu aos empresários que ela não fosse implementada até que o Parlamento pudesse debater sua proposta de alteração.

Os sindicatos e os estudantes rejeitaram a proposta de Chirac e não concordaram com a decisão da corte. Um novo protesto maciço atingiu o país no dia 4 de abril. Dessa vez, a greve geral não foi eficaz e o protesto se interrompeu mais cedo. Os policiais foram novamente atacados com garrafas, reagindo com armas que atiravam bolas de tinta. Segundo a sindical CGT o número de participantes do protesto alcançou a casa dos 3 milhões, em contraposição, as estimativas do governo indicavam que este número fora de 1 milhão.

A reunião promovida entre Chirac, Villepin e líderes do protesto, no dia 06 de abril, foi infrutífera. Os últimos mantiveram-se firmes na posição de se extinguir a nova legislatura. Apesar das ameaças de novos protestos, Villepin também se mostrou irredutível, pedindo aos estudantes que voltassem aos estudos. Os protestos continuaram com diversas universidades paradas.

Além da pressão popular, da mídia, dos partidos de oposição, Villepin se viu abandonado pelo seu ministro do interior, Nicola Sarkozy - que aproveitou a situação para ganhar força política com o intuito de melhorar sua posição na corrida presidencial do próximo ano. Sarkozy

havia prometido aos manifestantes que iria tentar negociar com o Villepin. Este finalmente cedeu no dia 11 de abril.

Em pronunciamento, em cadeia nacional Villepin disse que Chirac havia aceitado seu conselho de suspender a nova lei trabalhista, em favor de medidas que ajudariam jovens desqualificados a conseguir emprego. Afirmou ainda que buscaria uma forma de conciliar maior flexibilidade para o empregador sem diminuir a segurança do trabalhador. O novo plano foi acertado entre membros do partido de situação (*Union for a Popular Movement*) e sindicatos e prevê programas de treinamento e estágio. Já no dia 12 do mesmo mês as medidas foram aprovadas pela Câmara baixa, faltando passar pela aprovação do Senado. Os protestos naturalmente diminuíram e posteriormente se encerraram, apesar de alguns estudantes defenderem sua continuidade.

Dominique Villepin

O primeiro-ministro francês que era considerado um forte candidato para sucessor do Presidente Chirac, após o fracasso de sua proposta de lei trabalhista, teve suas pretensões fortemente abaladas. De acordo com jornal *The Guardian*, sua taxa de aprovação haveria caído de 49% para 25%. O Partido Socialista e Sarkozy seriam os grandes beneficiários com sua derrocada. Segundo o jornal *The Washington Post*, uma pesquisa no fim do mês de abril revelou que 34% dos eleitores franceses votariam em Segolene Royal do Partido Socialista, 30% em Sarkozy e apenas 7% em Villepin para presidente. A eleição ocorre em 2007.

As duas ondas de protestos parecem ter abalado politicamente Villepin. Empresários fazem as contas dos custos do protesto. As medidas para conter a exclusão dos imigrantes e seus descendentes que habitam áreas

suburbanas - após os violentos protestos do ano passado, quando dois jovens perseguidos pela polícia morreram eletrocutados - têm sido poucas, se limitando a: facilitar a contratação de imigrantes ilegais, diminuir os impostos, incentivar o trabalho com jovens e ameaçar cortar benefícios para famílias que não mantiverem seus filhos na escola. Analistas dizem que novas ondas de protestos podem irromper.

Ademais, o governo de Villepin passou a ser identificado como não servindo ao interesse do povo. Sua postura de apressar a aprovação da legislação trabalhista sem discuti-lá com a sociedade e no parlamento contribuiu para sua impopularidade. A falta de apoio popular, somado ao receio de se criar mais descontentamento, tem feito com que o primeiro-ministro retroceda em diversas leis, como no caso da proibição de se fumar em ambientes públicos fechados.

Houve boatos de renúncia que não se concretizaram, mas uma moção de desconfiança por parte do parlamento chegou a ser levada em votação. Apesar de não ter sido aprovada, demonstra a fragilidade política de Villepin, que somado a isso tudo, foi acusado de ter pedido a um agente da inteligência francesa para investigar secretamente uma denúncia em que Sarkozy haveria ganhado dinheiro em uma venda de navios para Taiwan. Uma lista, considerada falsa, havia sido divulgada, no qual diversos nomes, incluindo o de Sarkozy, estavam nela, acusando-os de terem ganhado com esta mesma venda.

Villepin sofre ainda com críticas a uma nova lei migratória que dificulta a entrada de imigrantes não qualificados. Grupos de esquerda, defensores dos imigrantes e as igrejas Católica, protestantes e Ortodoxa, todos se opuseram a esta proposta.

Cercado de problemas Villepin dificilmente conseguirá se firmar com um candidato com reais chances na corrida

presidencial. O clima de crise na França pode vir a ser perigoso, ao se considerar, que na eleição passada presidencial passada, Jean Marie Le Pen, um candidato de extrema direita foi o segundo mais votado.

Em um momento no qual se discute o problema da imigração nos Estados Unidos e na Europa, no qual a liberalização econômica tem sido acompanhada por crescimento da desigualdade interna e dificuldade da manutenção do *Welfare State*, a França se coloca como um estado emblemático.

Ao mesmo tempo em que tem dificuldade em competir na economia internacional, os franceses não parecem dispostos a abrir mão de direitos sociais historicamente adquiridos. Sofre com o problema da imigração, com o perigo do xenofobismo e da inclusão dos imigrantes em sua sociedade. A discussão que a França terá que travar é a mesma que de forma geral afeta os países ricos, no fundo, uma questão referente à necessidade de fornecer padrões de vida adequado aos seus cidadãos e residentes, em um ambiente de liberalização e aumento da desigualdade.

Referência

Sites:

CNN

<http://www.cnn.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

The Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

11/11/2005 – [Protestos em Paris.](#)

20/11/2005 – [Governo francês toma novas medidas frente aos protestos.](#)

24/03/2006 – [Nova lei trabalhista gera onda de protestos na França](#)

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>